

DOI: 10.20911/21799024v13n2p72/2022

O paradigma do trabalho e a dialética do senhor e do escravo

Gustavo Henrique Custódio da Silva ¹

Resumo: O trabalho é um fenômeno humano, ato de sua criatividade e expressão da sua existência. Entrando com o advento da modernidade e a opressão no mundo do trabalho, ele passou a ser visto de forma negativa. O objetivo do presente artigo é analisar se a partir da dialética do senhor e do escravo na filosofia hegeliana, e a análise que Simone Weil faz a cerca da opressão no mundo do trabalho proveniente da modernidade, seja ainda possível pensar o trabalho como lugar de liberdade. Para atingir tal intuito, o tema estará limitado a analisar um pequeno trecho da fenomenologia do Espírito de Hegel em paralelo com a visão que Simone Weil traz sobre o conceito de trabalho em sua filosofia.

Palavras-chave: Hegel. Weil. Opressão. Trabalho. Liberdade

Abstract: Work is a human phenomenon, an act of your creativity and an expression of your existence. However, with the advent of modernity and oppression in the world of work, it began to be seen in a negative way. The purpose of this article is to analyze whether, based on the dialectic of master and slave in Hegelian philosophy, and Simone Weil's analysis of oppression in the world of work from modernity, it is still possible to think of work as a place of freedom. To achieve this purpose, the theme will be limited to analyzing a small excerpt from Hegel's phenomenology of Spirit in parallel with the vision that Simone Weil brings about the concept of work in her philosophy.

¹ Mestrando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE (MG). E- mail: gustavobh12@hotmail.com

Introdução

O trabalho é uma condição fundamental na existência humana. Por meio dele, o ser humano se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência (ROHM; LOPES, 2015, p. 333). Todavia, na modernidade, o trabalho não foi visto de forma tão positiva. Com o advento da Revolução Industrial, processo iniciado no fim do século XVIII e que implicou uma mudança radical na cultura material do Ocidente, ocorre uma gradativa substituição da utilização da força manual pela força das máquinas, o que configurou a transição do feudalismo para uma nova forma de organizar e pensar o mundo do trabalho: o sistema capitalista.

O sistema adotado pela revolução fez surgir uma nova forma de escravidão, com o crescimento daqueles que detinham a fortuna e a servidão dos menos abastados. Tal sistema fez com que o ambiente de trabalho se tornasse cada vez mais opressivo e sem liberdade, devido a uma grande demanda de produção. Com o aparecimento da burguesia e o surgimento do capitalismo, o trabalhador começa a ficar sem a propriedade dos seus meios de produção e, aos poucos, sua sobrevivência torna-se dependente da venda de sua força de trabalho (DUARTE, 2004, p. 48). O desenvolvimento das máquinas muda a relação do homem com a natureza e leva à paulatina desintegração da liberdade no trabalho dentro da sociedade.

O objetivo do presente artigo não é fazer uma análise do mundo do trabalho na modernidade. Mas apenas apresentar como, neste contexto, a opressão ocorre. Assumiremos como ponto de partida uma leitura da dialética do senhor e do escravo na filosofia hegeliana e na filosofia de Simone Weil. Questionaremos se é possível pensar o trabalho de forma positiva e como o trabalho ainda pode ser um lugar de liberdade.

1. A modernidade e o mundo do trabalho

Com o advento da modernidade e a emergência do capitalismo, ocorre uma gradativa substituição da utilização da força manual pela força das máquinas. O trabalhador começa a ficar sem a propriedade dos seus meios de produção e, aos poucos, sua sobrevivência torna-se dependente da venda de sua força de trabalho. Newton Duarte estudioso de Marx afirma que: “*o operário vende sua força de trabalho, ou seja, a força de trabalho do operário é, na sociedade capitalista, uma mercadoria*” (DUARTE, 2004, p. 48).

O sistema capitalista visava à produção em massa por meio de uma racionalização baseada no incremento do ritmo de trabalho como forma de aumento da exploração do trabalhador (ANTUNES, 1998, p.73). Adota-se o modelo de gerenciamento empresarial que se revela extremamente prejudicial à saúde do trabalhador. Isso porque o modelo não permitia que as atividades fossem realizadas com autonomia, deixando marcas acompanhadas de queixas de sofrimen-

to físico e psíquico.

Tendo em vista a alta produtividade, houve também a divisão do trabalho, ou seja, a pré-determinação de funções, inibindo a autonomia e a criatividade do trabalhador. O processo produtivo passou a ser fragmentado, o trabalhador deixou de ter a sensação de elaborar sozinho o produto, como acontecia anteriormente na fase do trabalhador artesão. Tal sistema causava ainda, uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho, bem como uma maior flexibilização do trabalho por meio da redução dos direitos sociais e trabalhistas (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p.3-10).

O que precisamos entender é que o capitalismo tem como prioridade a acumulação do capital. Assim, compreende-se que, na medida em que se expande o sistema capitalista, o trabalho deixa de ser, um prolongamento das ações do homem, uma projeção de sua vontade, para se tornar então um processo no qual o homem não participa dos destinos do seu trabalho, e que quase sempre nem vê o produto final, não se sentindo criador da sua obra.

Estava claro que a mecanização tendia a desumanizar o trabalho, a alienar o operário na sua tarefa, reduzindo o homem à condição de mero elemento num processo mecânico, destruindo o meio ambiente, poluindo a atmosfera e abrindo, um abismo infranqueável entre a cidade e o campo (JOLL, 1870, p.146-147).

Inicia-se, então, um sistema de escravidão, no qual o maior problema é a especialização e a submissão daqueles que executam àqueles que coordenam, de forma que, ao invés de ser livre, o trabalho torna-se opressor (WEIL, 2020, p.17). Além disso, a inversão da relação entre meios e fins torna-se aqui total, ou quase, estende-se a quase tudo (WEIL, 1979, p.296).

Embora se observem inúmeras mudanças no que se refere ao trabalho, ainda hoje se estabelece a mesma dinâmica do passado. Por um lado, o trabalho dissociado do seu sentido não passa de uma atividade em que o trabalhador perde-se a si mesmo, negando sua própria vida. Por isso é interessante entender a partir da dialética do senhor e do escravo na filosofia hegeliana como ocorre a relação de opressão entre aqueles que comandam e aqueles que executam. Na dialética do senhor e do escravo, Hegel não tem com objetivo explícito falar sobre o mundo do trabalho na modernidade, mas a partir da sua análise pode-se inferir uma luz para entendermos o sistema de opressão vigente na sociedade do mercado.

2. A dialética do senhor e do escravo em Hegel

A metáfora do senhor e do escravo, criada por Hegel no século XIX, revela um caminho da experiência do sujeito a partir da categoria sujeito e objeto. O intuito é conciliar o indivíduo com o mundo objetivo da ciência, em contraposição às distinções entre os fenômenos e a coisa em si (PAULA, 2010 p.99-100). O objetivo de Hegel é trazer uma perspectiva histórica, que reconcilia o sujeito

ao objeto.

Precisamos entender que há uma dupla face na Fenomenologia. A primeira é histórica, isto é, a ciência da experiência da consciência que ocorre numa determinada cultura. A segunda face é dialética, isto é, que obedece a uma lógica que conduz ao momento fundador da ciência, ou seja, ao saber absoluto. Esta seria a plena adequação da certeza do sujeito com a verdade do objeto. (PAULA, 2010 p.99-100)

No entender hegeliano o homem precisa conciliar sua vida natural com a história e tal processo faz nascer a consciência de si. O "eu" que deseja o objeto e que realiza uma duplicação da consciência de si para o reconhecimento do outro. É nesse contexto literário que se insere a dialética do senhor e do escravo, como passagem para o reconhecimento, em Hegel.

O objetivo aqui, não é explorar toda a concepção de Hegel sobre a ciência, ou sobre a consciência na *Fenomenologia do Espírito*. O que propomos é analisar como a metáfora do senhor e do escravo pode levar a perceber como senhor e escravo se relacionam dentro da dialética.

Na dialética do senhor e do escravo, Hegel traça como se dá a formação das consciências a partir das categorias sujeito e objeto e como a consciência se reconhece como consciência de si ao se deparar com a consciência do outro (DRAWIM, 2022).

A consciência, tal como afirmada por Hegel, é uma consciência desejante, pois ela não só contempla o objeto, mas ela tem como pretensão apropriar-se dele. Ao perceber que o objeto é distinto dela, que ele é outro em relação a ela, ela se percebe como consciência de si. É a partir dessa relação sujeito e objeto que se pensa também a relação senhor e escravo.

O senhor segundo Hegel é aquele que arrisca a sua vida para apropriar-se do objeto que é do escravo. Já o escravo, num primeiro momento, é aquele que por medo da morte não se arrisca e por isso permanece na condição de escravo. É a partir daí que o senhor passa então a depender dos objetos que o escravo produz. E o escravo só se reconhece como consciência por causa da angústia do seu penoso trabalho (DRAWIM, 2022).

Um dos mais importantes intérpretes do pensamento de Hegel no século XX foi sem dúvida, o russo Alexandre Kojève. Segundo ele, o senhor é a sua própria consciência de si, porém, a despeito disso, ele parece necessitar do escravo, que cumpre o papel de sua consciência:

Essa consciência é o escravo que, ao se identificar com sua vida animal, forma um todo com o mundo natural das coisas. Ao recusar-se a arriscar a vida numa luta de puro prestígio, ele não se eleva acima do animal. Considera-se como tal, e como tal é considerado pelo seu senhor. Mas o escravo, por sua vez, reconhece o senhor em sua dignidade e sua realidade humana, e comporta-se de acordo. A certeza do senhor é, portanto, não puramente subjetiva e imediata, mas objetivada e mediatizada pelo reconhecimento do outro, do escravo. Enquanto o escravo continua sendo um Ser imediato, natural, bestial, o senhor por sua luta já é humano, me-

diatizado. Seu comportamento é, por conseguinte, mediatizado ou humano, tanto em relação às coisas quanto aos outros homens; esses outros que, para ele, não passam de escravos (KOJEVE, 2002, p. 21).

Com efeito, segundo o pensador russo, o escravo vive na dependência de seu senhor. E o senhor possui os seus desejos e tenta permanentemente alcançá-los. Contudo, o curioso é que o senhor dependa de alguém a quem ele tem como escravo. Nesse sentido, o escravo é quem proporciona ao senhor o objeto do seu desejo. O seu trabalho promove o encontro do senhor com o seu objeto desejado. Isso faz com que o senhor veja no outro apenas o seu escravo e, o próprio escravo, se reconheça enquanto tal. Desse modo, o senhor é reconhecido, mas não reconhece. Sua contradição é ser reconhecido por quem ele não reconhece (KOJEVE, 2002, p. 23).

É preciso ressaltar que nesse processo o senhor nunca está satisfeito, enquanto o escravo pode até mesmo se conformar com a sua situação. Sendo assim, o senhor só é reconhecido pelo número de escravos que ele controla, mas depende deles para obter, inclusive, o seu sustento, uma vez que o mesmo é obtido através do labor do servo. E é justamente por isso que a história começa a se configurar aqui como uma história de escravos, isto é, aqueles que se sujeitam ao domínio do seu senhor, mas que também trabalham e transformam o mundo onde vivem. É nesse sentido também que o trabalho não pode ser visto de forma negativa. O problema exposto pela dialética do senhor e do escravo faz perceber que o grande problema no mundo do trabalho é a opressão dos que comandam sobre os que executam, mas, não o trabalho em si.

A relação entre o escravo e a natureza é mais saudável do que a relação do senhor com a natureza. O escravo tem consciência dela e dos seus limites diante dela. O senhor é que ao abdicar da relação com a natureza e do trabalho de transformá-la, perde a noção do todo. Já o escravo, que domina a natureza, pode também criar os meios adequados para se emancipar e alcançar a sua autonomia através do trabalho.

Só depois de haver produzido um objeto artificial é que o homem é real e objetivamente algo mais e diferente de um Ser natural; e é apenas nesse produto real e objetivamente mais e diferente de um Ser natural; e é apenas nesse produto real e objetivo que ele toma de fato consciência de sua realidade humana e subjetiva. Portanto, é pelo trabalho que o homem é um Ser sobre-natural real e consciente de uma realidade; ao trabalhar, ele é o Espírito encarnado, é um mundo histórico, é História objetivada (KOJEVE, 2002, p. 28)

Nesse sentido, o homem autônomo é aquele que se reconhece no seu trabalho, é aquele que passa pela angústia da morte, pela servidão e supera tudo isso. Segundo Kojève, o trabalho libertador é pois, necessariamente, à primeira vista, o trabalho forçado de um escravo que serve um senhor todo-poderoso, detentor do poder real (KOJEVE, 2002, p. 29).

Entretanto, no entender de Kojève, para Hegel o trabalho servil ainda é uma inconsciência de si que, na medida em que vai sendo superado atinge a

consciência de si, realizando sua efetiva liberdade. Ou seja, a opressão no mundo do trabalho para Kojève não passa de um nível que precisa ser superado para que haja a verdadeira liberdade no interior do trabalho.

Sendo assim, a reflexão aqui não pretende fazer apologia ao trabalho escravo. Através da dialética do senhor e do escravo, o que se propõe é mostrar que apesar da opressão que ainda é vigente no mundo do trabalho, contra a qual se deve lutar, ainda assim o trabalho não pode ser visto de forma negativa. Pois o real problema não é o trabalho, mas o mundo capitalista do trabalho.

3. Simone Weil e a reflexão sobre a opressão

Simone Weil viveu no século XX, aos arredores da França. Sua reflexão foi elaborada em um período muito turbulento no mundo, pois ela nasceu pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial e morreu durante a segunda Guerra, ou seja, seu pensamento encontra-se em meio às duas catástrofes mundiais, momento em que a barbárie e o sofrimento apresentaram-se explicitamente, destruindo grande parte da humanidade (LARRAURI, 2011, p.20). Deve-se levar em consideração também, o sistema industrial vigente em sua época, que por desejo desenfreado por capital, não levava em consideração valores como: justiça, igualdade e dignidade da vida humana. Diante desse contexto, Weil se propõe à difícil tarefa de refletir sobre a realidade. Para ela, o sistema industrial é marcado por relações de forças, que têm como pretensão a busca por capital e poder sem levar em consideração o bem da humanidade, resultando assim, em um grande desacordo moral que acarreta em guerras, opressão e caos, um verdadeiro projeto negador da vida e das tradições.

Entende-se que Weil busca em sua reflexão compreender como a opressão está vinculada ao sistema de produção vigente em sua época. Segundo ela, dentre todas as formas de organização social que a história apresenta, poucas são as isentas de opressão, e dentre essas todas correspondem a um nível extremamente baixo de produção, de modo que a divisão do trabalho nesse caso é desconhecida, pois, cada família produz o que precisa para consumir.

Sendo assim: “Nesse estágio cada homem é necessariamente livre em relação aos outros homens, porque está em contato imediato com as condições de sua própria existência” (WEIL, 1979, p.256). O homem se encontra tendo sua ação restrita à natureza. Ao passo que na sociedade industrial, Weil percebe que ao invés do homem ser esmagado pela natureza, o homem é esmagado pelo próprio homem.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a opressão, segundo Weil, procede de condições objetivas. A primeira delas consiste na existência de privilégios, ou seja, condições de existências que fazem surgir às forças que transparecem o monopólio de alguns, por não serem repartidas entre todos.

Esses privilegiados dependem, para existir, do trabalho de outros. Além disso, quem detem privilégios termina por dispor do destino daqueles dos quais a existência dos privilégios depende. Em consequência, a existência de privilé-

gios faz com que a igualdade na relação patrão e empregado pereça. É nesse sentido que, conservar o poder é para os poderosos, uma necessidade vital, visto que é o poder que os alimenta (WEIL, 1979, p.258).

A partir daí Weil falará também sobre as lutas pelo poder. A partir delas, o senhor consegue não só submeter o escravo, mas fazer com que este sinta que o seu senhor sempre será mais poderoso que ele. (WEIL, 1979, p.259).

De uma forma geral, entre seres humanos, as relações de dominação e de submissão, por não serem nunca plenamente aceitáveis, constituem sempre um desequilíbrio sem remédio e que se agrava continuamente; o mesmo acontece no domínio da vida privada, onde o amor, por exemplo, destrói todo equilíbrio na alma assim que tenta sujeitar seu objeto, ou sujeitar-se a ele. Mas aí, pelo menos, nada de externo se opõe a que a razão venha colocar tudo em ordem estabelecendo a liberdade e a igualdade; ao passo que as relações sociais, na medida em que os próprios procedimentos do trabalho e da luta excluem a igualdade, parecem fazer a loucura pesar sobre os homens como uma fatalidade exterior. Pois, como não há termo, sem limite, sem medida, não há também limite nem medida para os esforços que ela exige (WEIL, 1979, p.260).

Nesse sentido, também aqueles que se entregam ao sistema de forças, dentro da sociedade capitalista, sacrificam a própria existência. A corrida pelo poder sujeita o mundo inteiro, tanto os poderosos quanto os fracos.

Segundo Weil, o erro da humanidade é antes de mais nada a substituição dos fins pelos meios. Ora, não seria isso que a procura pela riqueza e a demanda de produção no século XX carregam em si?

O mundo do trabalho se tornou o sacrifício da vida humana, em si mesmo e em outrem, por coisas que não passam de meios para viver. Nessa busca incansável pelo capital não são, portanto, os homens, mas as coisas que dão a esta corrida pelo poder seus limites e suas leis.

O que Weil percebe é que enquanto os processos do trabalho e da luta derem a alguns um poder discricionário sobre as massas, e enquanto a sociedade estiver dividida em homens que ordenam e homens que executam, toda a vida social continuará fadada ao sistema de opressão. Pois, os poderosos continuarão obtendo aquilo que querem, seja pela persuasão ou pela força, seja colocando os oprimidos numa tal situação que eles tenham um interesse imediato por fazer o que lhes é pedido, ou inspirando-lhes um fanatismo capaz de lhes fazer aceitar todos os sacrifícios. Mantendo, então, a opressão ligada ao mundo do trabalho.

O que é importante frisar aqui é que apesar da opressão estar alastrada no mundo do trabalho, Simone Weil não é contra o ato do trabalho, mas a forma com que ele se encontra vigente na sociedade capitalista. E é esse o ponto que queremos abordar no próximo tópico. Para ela o que precisa acabar é a opressão no mundo do trabalho e não o trabalho em si mesmo, pois esse deve ser visto, como condição de possibilidade de uma vida pautada na liberdade (CHENAVIER, 1998, p.187).

4. O trabalho como lugar de liberdade em Simone Weil

Para Simone Weil, diferente do que costumamos pensar, o conceito de trabalho apoia-se numa filosofia da liberdade que se expressa na seguinte frase: “a liberdade verdadeira não se define por uma relação entre desejo e satisfação, mas por uma relação entre pensamento e ação” (WEIL, 2001, p. 109).

Weil define liberdade como o livre cumprimento de qualquer obra, pela combinação de esforços que procede de uma reflexão (WEIL, 1995, p.116). Sendo assim, é no trabalho, mais do que em qualquer outra atividade, que é possível aproximar-se da liberdade verdadeira. Num contexto mais amplo, para Weil o valor do trabalho está em permitir a libertação com relação à imaginação, às paixões, ao retraimento do eu, ou em exigir a suspensão de qualquer perspectiva individualista. Mas, a possibilidade de uma espiritualidade do trabalho vem da capacidade de realizar nele a união perfeita entre a liberdade, identificada com a ação metódica, e a necessidade. Ou seja, uma vida social bem ordenada só pode assentar-se no trabalho enquanto ele é o único domínio no qual é possível ser realizada a adequação perfeita do pensamento e da ação.

Ao desenvolver também uma espiritualidade do trabalho, Simone Weil salienta que o trabalhador é, por excelência, aquele que possui acesso ao sobrenatural. Para Weil, o trabalho possui todas as características de um intermediário, ou seja, uma realidade temporal e social que permite à alma abrir-se ao sobrenatural, ou a este nela enraizar-se.

Mas, a partir da identificação imediata da opressão e do trabalho, seria possível uma organização social que tivesse como centro o trabalho não-servil?

Para Simone, essa realidade é impossível sem a prévia derrubada do esquema moderno taylorista, pois somente assim haveria a verdadeira possibilidade de retorno ao trabalho, como uma relação verdadeira entre o pensamento e a ação. E não apenas como desejo desenfreado por produção. Nesse sentido, para ela a transformação aconteceria quando o fim do trabalho fosse exatamente a dignidade do trabalho (atividade) e não o valor da coisa produzida, como é o caso do trabalho nas fábricas, na qual o produto é mais valorizado do que a atividade. Com outras palavras, é por sua relação com o homem que o executa que o trabalho manual deve se tornar o mais alto valor (WEIL, 1995, p. 137). Pois o fim da *práxis* deve ser sempre o aperfeiçoamento do agente. É nesse sentido também que Simone nos alerta que o trabalho não pode ser considerado como algo negativo por estar vinculado à necessidade de sobrevivência. Para Weil, a necessidade nunca pode ser exterior à atividade.

Assim, uma vez que a necessidade deixa de ser exterior à atividade, desaparece o perigo de ela servilizar a atividade, a qual, por isso, já não tem motivo para fugir da necessidade, pois, a atividade metódica penetra a necessidade, nela se inserindo e, com isso, de atividade vazia que era, passa a ser atividade livre. Nesse sentido, Simone Weil entende que uma atividade sem necessidade não é livre, mas vazia. A liberdade no mundo do trabalho deve ser entendida não como arbitrariedade, mas como o trabalho que só possui o seu valor na exatidão

e no rigor com o modelo que lhes fornecem que trabalham com esmero.

Mas poder-se-ia perguntar por que um trabalho ligado à necessidade é necessário e ainda assim pode ser chamado de livre? Para Weil isso ocorre porque “são os obstáculos com os quais a pessoa se defronta e a necessidade de superá-los que lhe proporcionam a oportunidade de vencer a si mesma” (WEIL, 1995, p.114).

E aqui não cabe espaço para se pensar na escravidão, pois esta só acontece quando o homem está submetido à vontade de outros homens. Não que não haja submissão no trabalho, mas no caso da matéria ela não pode penetrar ou manipular o pensamento humano, mas apenas oferecer obstáculos que libertam (WEIL, 1995, p.114). Como defende Weil, “desvinculadas do trabalho, as atividades ‘desinteressadas’ (ou ‘livres’), no melhor dos casos, nos entregariam à ‘arbitrariedade’, ao ‘capricho’, no pior dos casos, à ‘loucura’” (WEIL, 1995, p.114).

Por isso, não se deve enganar ao ouvir, que na relação entre o senhor e o escravo, o senhor é o livre. Para Weil, ele é senhor, mas nem por isso livre, pois, é escravo dos próprios caprichos e déspota para com os outros, está entregue a ideia de que não há necessidade que lhe venha apontar um limite. E nesse caso, como não concebe outro método de ação a não ser comandar, quando lhe acontece de comandar em vão, ele passa de repente do sentimento de um poder absoluto ao de uma impotência radical (WEIL, 1995, p.128). Incapaz, portanto, de compreender os próprios sucessos, surpreso diante dos fracassos, o senhor vive na fantasia (CHENAVIER, 1998, p.194). Nesse sentido, a única coisa que impede o trabalho de ser livre é justamente o fato do escravo ser antes de tudo, dependente da vontade dos outros e não o fato de trabalhar.

A solução dada por Simone Weil para o problema da opressão no mundo do trabalho, não seria, portanto, como muitos sugerem a redução da jornada de trabalho (CHENAVIER, 1998, p.196), pois para ela, isso nada mudaria a situação do trabalhador. Ela defende que o certo seria um plano para “reenraizar” o operário, no qual está previsto meia-jornada de trabalho, devendo o resto do tempo ser dedicado aos laços de companheirismo, ao aperfeiçoamento de um patriotismo de empresa, às palestras, técnicas destinadas a fazer com que cada operário entendesse a função exata das peças que ele produz e como as dificuldades são superadas pelo trabalho dos outros, além disso, palestras geográficas para ensinar a todos para onde vão os produtos que ajudam a fabricar. Em outras palavras, diz Simone Weil, uma sociedade ideal não pode ser aquela na qual predomina o interesse material do consumidor, mas, pelo contrário, aquela na qual predomina a dignidade do homem no trabalho, o que representa um valor espiritual. Além disso, uma sociedade ideal não poderia ser aquela que elimina o trabalho, pois, uma sociedade sem trabalho estaria entregue a própria loucura da arbitrariedade.

O que precisamos entender é que não há, forçosamente, contradição entre trabalho e autonomia, trabalho e liberdade contanto que não se confunda o trabalho socialmente necessário, sempre heterônomo, com o trabalho enquanto atividade autônoma, a qual supõe que alguém escolha os fins e os meios daquilo

que faz. O trabalho é um processo necessário, tanto quanto o raciocínio. A situação do homem que trabalha corretamente é semelhante a daquele que raciocina com rigor. É verdade que, no trabalho não-servil, o indivíduo não se acha privado de iniciativa, até pelo contrário.

Fora dessa inserção do trabalho, a atividade subjetiva, segundo Simone Weil, é feita de arbitrariedade, imprevisibilidade, contingência. Não é produtora de sentido, mas de absurdo, fantasia, loucura. Daí a recusa da atividade livre como criação de si por si mesmo. Nesse sentido, Simone Weil toma o modelo de que todo tipo de atividade na qual está fundada no saber é liberdade.

Conclusão

A análise da dialética do senhor e do escravo na filosofia hegeliana, bem como a presença da opressão apresentada por Simone Weil no mundo do trabalho vigente no século XX, nos mostra como esse regime opressivo não deixa de acompanhar o universo do trabalho até os dias de hoje. Esse fator reforça ainda mais a carga negativa que é construída quando falamos do conceito de trabalho.

Entretanto, o que se procurou mostrar neste artigo é que, apesar da opressão ser um dado da existência de milhares de trabalhadores do século XXI, ela não pode ser o motivo pelo qual o conceito de trabalho deve ser visto como algo negativo. É preciso por, urgentemente, um fim na opressão gerada no mundo do trabalho. Mas, antes disso, é preciso desvincular o conceito de trabalho do conceito de opressão. Pois, embora, haja opressão no universo do trabalho não se pode dizer que o trabalho é a opressão em si mesmo.

Diante desta constatação, o que propomos a partir da leitura que Alexandre Kojève faz da filosofia hegeliana, e da reflexão que Simone Weil faz sobre o trabalho, é desconstruir essa visão pessimista do trabalho e defender que ele é e deve continuar sendo visto como lugar de liberdade para humanidade. Propomos ainda, a partir dessa nova perspectiva, a denúncia do sistema opressivo no mundo do trabalho, bem como uma nova forma de ver essa realidade.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. *Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador*. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 17, n. 1, p. 3-10, 2003.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

CHENAVIER, Robert. *Civilização de trabalho ou civilização de lazer?* (01 de Abril de 1998). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9046>. Acesso em 10 Nov. 2022.

ECOBIO, Miguel, A, S. *A Revolução como Teodicéia: Simone Weil e a persistência da opressão*, 2012. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16029/Dissert-miguel-angel-suarez-escobio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 Nov. 2022.

DUARTE, N. *Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev*. *Caderno CEDES*, v. 24, n. 62, p. 44-63, 2004.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito* – parte I. Petrópolis: Vozes, 1992.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin, 1983.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Eduerj, 2002.

MARIZ, Déborah. *Reflexões acerca do corpo do trabalhador no pensamento da filósofa francesa Simone Weil* (11 de Julho de 2014).

Disponível em: [file:///C:/Users/Flavio/Downloads/74350-Texto%20do%20artigo-120035-1-10-20141008%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Flavio/Downloads/74350-Texto%20do%20artigo-120035-1-10-20141008%20(2).pdf). Acesso em 09 Nov. 2022.

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. R. *A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho*. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 61-68, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo A. *Filosofia Política: De Hobbes a Marx. Síntese*, Belo Horizonte, v.12, n.33, p.37-60, jan. 1985.

OLIVEIRA, Gustavo M. *Opressão e Liberdade: Uma Aproximação ao Pensamento de Simone Weil* (16 de janeiro de 2016). Disponível em: <https://www.webarquivos.com/artigos/opressao-e-liberdade-uma-aproximacao-ao-pensamento-de-simone-weil/139519>. Acesso em 03 jun. 2022.

PAULA, Marcio G. *A Dialética do Senhor e do Escravo em Hegel e sua repercussão no marxismo e na psicanálise Lacaniana*. *Psicanálise e Barroco em Revista*, v.o, n.1, p.98-113, jul. 2010.

ROHM, Ricardo, H, D; LOPES, Natália, F. *O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica* (10 de Junho de 2014). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/kvLGggJXwsQhgWypXXnpZ9r/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 09 Nov. 2022.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEIL, Simone. *O Enraizamento*. 1. Ed. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. WEIL, Simone. *Oppression et liberté*. Paris, Gallimard, 1995.

WEIL, Simone. *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2008.